

# AS PRÁTICAS DOCENTES DESENVOLVIDAS NA ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA EURLÍ DE BRITO PARA PROMOVER A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Iure Coutre Gurgel<sup>1</sup>-yurecoudre@yahoo.com.br  
Antonia Moraes Leite<sup>2</sup> - antoniamorais@yahoo.com.br  
Maria da Luz Duarte Leite<sup>3</sup>-lulinhaduarte@yahoo.com.br

## RESUMO

A prática pedagógica do professor na escola contemporânea é um instrumento de grande valia para promover a inclusão de crianças que apresentam algum tipo de deficiência, por ser o educador o mediador da ação didática e por este proporcionar uma interação significativa em sala de aula. Este trabalho tem o propósito de investigar se as práticas desenvolvidas por uma professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antonia Eurlí de Brito, instituição esta localizada na zona rural do município de Janduís/RN, garantem o direito a aprendizagem e promovem a inclusão de um educando com deficiência visual mediante as atividades desenvolvidas na referida instituição educacional. Como metodologia, optamos pelo estudo de caso com a realização de uma entrevista semiestruturada, realizada com a professora colaboradora, bem como nos referendamos em alguns teóricos que nortearam o referido trabalho, são eles: AUSTIN (2007), BRASIL (1995), ENTI (2005), MANTOAN (2003), entre outros teóricos que discutem a temática. Os resultados apontam que a professora desenvolve um trabalho que ainda é preciso buscar estratégias mais eficazes e socializadoras a fim de garantir a inclusão do aluno e possibilitar uma educação de qualidade. Nesse sentido, a escola para promover um espaço inclusivo e atender as reais necessidades dos alunos, precisa desenvolver um trabalho coletivo bem como os educadores aprimorarem suas práticas pedagógicas buscando melhorar as estratégias e assim, favorecer a construção de uma educação com equidade.

**Palavras-chaves:** Deficiência Visual. Educação Inclusiva. Prática Pedagógica.

## SUMMARY:

The teacher's pedagogic practice in contemporary school is a valuable tool for promoting the inclusion of children with a disability, to be the mediator of the educator teaching by this action and provide a significant interaction in the classroom. This paper aims to investigate whether the practices developed by a teacher of the Early Years of Primary Education of the City School Antonia Eurlí de Brito, an institution located in the rural municipality of Janduís/RN, guarantee the right learning and promote inclusion of a learner with visual impairments through the activities in that institution educacional. Como methodology, we chose the case study with the realization of a semi-structured interview conducted with the cooperating teacher and reaffirm in some theorists that guided the work in question, are them: AUSTIN (2007), BRAZIL (1995), enti (2005), MANTOAN (2003), among other theorists who discuss the topic. The results indicate that the teacher develops a work that is still to seek more effective strategies and socializadoras a fim to ensure the inclusion of students and enable education qualidade. Nesse sense the school to promote inclusive space and meet the real needs of students, need to develop a collective work and educators improve their teaching practices seeking to improve strategies and thus promote the construction of an education with equity.

Keywords : Visual Disabilities. Inclusive Education . Pedagogical Practice

<sup>1</sup>Mestrando em Educação pela UERN/POSEDUC, na área de Formação docente e Desenvolvimento Profissional Humano.

<sup>2</sup> Aluna do Programa de Pós -Graduação em Educação pela UFRN.

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras pela UFRN.

## CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS:

A educação inclusiva é hoje tema de grandes estudos e debates em toda sociedade. É importante destacar que a escola atual precisa repensar a sua função e assim, o seu papel na sociedade vigente, tendo em vista que garantir o acesso de todos os alunos não é o mais importante, e sim, a permanência. Segundo Stainback (1999, p. 21) “a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”

Dentre alguns documentos que oficializam a obrigatoriedade dos alunos na escola podemos citar a Declaração de Salamanca(1994), um dos principais documentos mundiais que visava inclusão social, orientando que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos. “As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994).

Vale salientar que somente garantir a vaga de um aluno com necessidades especiais não é o suficiente. É necessário, a escola pensar em estratégias eficazes que possibilitem a esse aluno a construção e interação de aprendizagens. Segundo Omote (2004), o ato de incluir não é fácil, pois gera várias indagações, e questionamentos, e o conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como qualquer situação nova envolve adeptos e também críticos, a inclusão escolar precisa ser vista como um desafio a ser enfrentado por todos e que podemos juntos encontrar os melhores resultados.

Dessa forma, é preciso que a escola repense a sua estrutura curricular e possa propiciar as crianças com algum tipo de deficiência, o direito a aprender, bem como, é preciso que o professor veja cada educando como um sujeito-aprendiz, que tem potencialidades e habilidades a desenvolver. Mantoan (2004, p.81) destaca que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

Nesse sentido, surgem algumas reflexões que são importantes destacar, dentre elas: como a escola vê uma criança que tem algum tipo de deficiência? Que oportunidades são

dadas a essa criança para que possa desenvolver seu potencial? Que prática desenvolve o educador para possibilitar a interação e inclusão desse aluno no contexto educacional?

São questões como essas que merecem reflexões e, que nos levam a pensar sobre o papel da escola enquanto instituição formadora de sujeitos pensantes e construtora da cidadania, bem como do papel do professor neste novo século, pois não podemos mais pensar em um professor que simplesmente rotule seu aluno de capaz ou incapaz e pronto. É preciso, vermos o nosso aluno como um sujeito capaz de aprender e ensinar, de aprender, pensar e construir uma sociedade mais justa e humana.

### **A ESCOLA INCLUSIVA NA CONTEMPORANEIDADE: DIFERENTES OLHARES, FAZERES E DIZERES**

Diante das reflexões feitas na construção deste trabalho, algumas questões merecem destaque, dentre elas: como está sendo pensada a escola na contemporaneidade? Que trabalho vem desenvolvendo a instituição para garantir uma educação inclusiva de qualidade? Quem ganha com a inclusão?

A escola regular, de maneira geral, não foi nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade” (IMBERNÓN, 2000 *apud* MARTINS, 2006, p. 17).

Por muito tempo escutamos depoimentos de professores de que a escola não está preparada para receber alunos com deficiência, que o professor não tem a formação necessária para trabalhar com esse aluno e que, assim, fica impossível desenvolver um trabalho que realmente oportunize a inclusão.

Segundo Fontes (2005), a história da educação no Brasil foi marcada pela exclusão. Desde a colonização, os alunos eram diferenciados de acordo com a classe social. As oportunidades eram para poucos e somente a elite tinha acesso a uma escola de qualidade. Dessa forma, a escola era vista como seletiva excludente e burguesa.

Na sociedade contemporânea é preciso refletir sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido por nossas escolas afim de que possamos melhorar urgentemente as suas ações e assim oportunizarmos a todas as crianças o acesso ao conhecimento. A escola inclusiva não seleciona nem diferencia, ela valoriza as singularidades de cada sujeito e potencializa o relacionamento coletivo.

Como diz Mantoan (2006, p. 16), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças

Concordamos com Libâneo (2001), quando afirma que a escola precisa assumir que também é seu papel ensinar valores e atitudes, sob o ponto de vista de um comportamento ético, no que se refere à vida, ao ambiente e às relações humanas. Assim, o professor precisa apresentar um esforço contínuo no exercício da docência sem preconceitos.

Repensar a escola da atualidade significa, reestruturar o currículo, possibilitando o trabalho com a diversidade, a valorização dos conhecimentos dos educandos, como buscar alternativas de trazer a família para o contexto escolar, desenvolvendo um trabalho cooperativo e conjunto, como também desenvolver práticas pedagógicas que atendam a todos os educandos, que possa levá-los a construção crítico-reflexiva dos seus saberes.

Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003), ressalta que a escola precisa mudar deixar suas práticas excludentes e reconhecer, finalmente, que as pessoas não são categorizáveis, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

De acordo com Martins (2006), nas últimas décadas, o sistema educacional vem sendo desafiado a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos respeitando as especificidades e as necessidades individuais, reconhecendo, ainda, que a diversidade é um dos fatores mais importantes para conseguir um ensino de qualidade, embora a problemática seja bem maior.

Para Sasaki, (1997), a sociedade e as pessoas com necessidades especiais precisam em conjunto buscar adaptação, equiparação de oportunidades, gerando a verdadeira inclusão. Fazer parte de um processo inclusivo exige quebra de paradigmas, respeito às diferenças, um olhar mais atento às especificidades e suas implicações e o professor nesta situação é um mediador por excelência.

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como outra inovação (MITTLER, 2003, p.184).

Mittler (2003), afirma que o ato de educar depende do trabalho diário dos professores em sala de aula, ou seja, professores conscientes de suas ações, escolas planejadas de acordo

com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e, acima de tudo, pelos pais, conseguirão desenvolver um trabalho com foco inclusivo e que contribuirá para a valorização de conhecimentos plurais de toda comunidade escolar,

E quem ganha com a inclusão? Segundo Bartalotti (2001), ganham todos: ganham as crianças com deficiência, que têm a oportunidade de usufruir um recurso de sua comunidade, de vivenciar a riqueza do espaço escolar, de conviver com parceiros que lhes oferecem modelos de ação e aprendizado impensáveis em uma educação segregada; ganham as outras crianças, que aprendem a conviver com a diversidade, aprendem a respeitar e a conviver com a diferença; ganham os educadores, que enriquecem sua formação e sua prática, pelo crescimento que o desafio de educar a todos lhes proporciona; ganham as famílias, que passam a ver seu filho como um cidadão que tem o direito de partilhar dos recursos de sua comunidade; ganha, em última instância, a comunidade como um todo, que se torna um espaço mais democrático, que entende que todos os seus membros são igualmente dignos.

Dessa forma, vemos o quanto é importante a escola buscar estratégias inclusivas, a fim de garantir o direito a uma educação de qualidade, educação esta digna, humana e construtiva, que veja o educando como protagonista deste processo e que contribua para a formação de cidadãos éticos, pacíficos e colaboradores para a construção de uma sociedade com equidade.

## **O PROFESSOR COMO PROFISSIONAL MEDIADOR DO PROCESSO INCLUSIVO**

Quando falamos em educação inclusiva, existe algumas vertentes que são necessárias serem (re)pensadas, são elas: a escola, o aluno e o professor. Dentre estas vertentes destacamos o professor enquanto profissional mediador do processo de ensino-aprendizagem.

A função do professor deste novo século mudou este profissional ganhou mais responsabilidades a desempenhar no contexto educacional, dentre elas o trabalho com crianças que apresentam algum tipo de deficiência e que, estão frequentando a escola. O que cabe a este professor? Como deve ser o seu trabalho de modo a garantir a inclusão de todas as crianças?

A partir destas reflexões, percebemos que o século XX assistiu às significativas transformações que o cenário da educação especial sofreu. Tais modificações se deram, em grande parte, em função da mudança de concepção sobre o modo de se conceber o papel do professor na educação atual.

O professor atual precisa desenvolver práticas que contribuam para a relação dialógica entre educando-educador; educando-educando e, assim buscar estratégias que viabilizem a construção interativa e significativa de aprendizagens. Para tanto, é necessário a busca pela formação tanto inicial como continuada, como elementos necessários para a melhoria do trabalho pedagógico, haja vista que profissional bem formado tem mais capacidade de desenvolver um trabalho de qualidade.

A necessidade de preparação adequada dos professores está recomendada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual LDB (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras. No artigo 59 inciso III da LDB vem falando da importância deste aspecto como pré-requisito para a inclusão, ao estabelecer, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, “[...] professores do ensino regular capacitado para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Quando os documentos se remetem a professores capacitados, entendemos que são profissionais que tem saberes e competências necessárias para desenvolverem com alunos que apresentam algum tipo de deficiência e que necessitam da mediação docente para a construção de sua aprendizagem. Sendo assim, para além da prática da educação inclusiva, faz-se necessário um redimensionamento do papel do professor.

O professor tem como principal desafio, desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, sendo capaz de educar e incluir integralmente os educandos, uma vez que a inclusão se aplica a todos.

Os educadores precisam estar preparados para romper com paradigmas e se sustentar em constantes mudanças educacionais progressivas criando escolas inclusivas e de qualidade. Prioste; Raica e Machado (2006, p.54), ainda dá ênfase ao papel do professor como “promotor do ambiente de aprendizagem inclusiva”. “Será ele o profissional que poderá reger com maestria toda a abordagem que prima pela qualidade do desenvolvimento humano, desde que esteja realmente sensibilizado para tais questões”.

Numa escola inclusiva o repertório de cada professor é considerado um recurso rico para a troca de experiências com o objetivo de aperfeiçoar a prática docente e de todos os envolvidos. Sobre essa formação (Mantoan, 2006, p.60) destaca que:

[...] todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento

deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

Assim, a formação docente deve apresentar em um dos seus pilares o pressuposto de que a escola é um espaço rico e propiciador de troca de saberes e construções de competências necessárias ao trabalho com a educação inclusiva. O professor precisa estar disposto e aberto a aprender sempre, a partir da ligação nos processos de comunicação nos momentos de formação e de trabalho. Mantoan (2006, p. 59), relata que “não há como mudar práticas de professores sem que os mesmos tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional”.

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS PELA PROFESSORA DA ESCOLA MUNICIPAL ANTONIA EURLÍ DE BRITO**

Nosso trabalho foi desenvolvido na Escola Municipal Antonia Eurlí de Brito, instituição esta localizada na zona rural do município de Janduís/RN, onde encontra-se o protagonista do nosso relato de experiência, uma criança com deficiência visual, que por muito tempo foi excluída da sociedade. A referida escola oferece da Educação Infantil ao Ensino Fundamental II (até o 9º ano), conta atualmente com cerca de 210 alunos, atendendo as comunidades vizinhas.

Acompanhamos este trabalho quando na função de coordenador Pedagógico da Escola pude acompanhar o trabalho de uma professora dos Anos Iniciais que tinha recebido uma criança com deficiência visual e inicialmente sentiu dificuldades e afirmava não saber trabalhar com esta criança, mas apesar das dificuldades a recebeu.

Inicialmente, escutávamos depoimentos da professora que estava sendo muito difícil trabalhar alguma atividade que incluísse a referida criança com as demais, pois segundo a educadora não sabia como proceder.

Vimos que por muito tempo a referida criança só freqüentava a escola, mas não realizava atividades como as demais, pois era considerada incapaz, para a professora certamente só “incluir” a criança em sala já estava suficiente. Contudo, após acompanhamento com o trabalho docente, realizamos conversas com a professora em horário extra, onde apontava algumas reflexões com o objetivo de levá-la a refletir sobre a questão da inclusão.

Como o acompanhamento sistemático do trabalho desta educadora, fomos traçando metas a serem cumpridas onde estabelecíamos a curto, médio e longo prazo a serem cumpridas.

Primeiramente, começamos com a roda de conversa, atividade considerada rotina no cotidiano da sala de aula, procuramos nos momentos de conversas, relatos do final de semana e dos momentos da hora da História, sugerimos que a professora também desse a oportunidade para esta criança se expressar, escutar o colega e socializar-se embora lentamente e com dificuldade na oralidade, mas todo avanço que detectássemos seria positivo.

Orientamos a professora e explicamos que, esse era um trabalho lento, que cada um de nós temos as nossas limitações e que a aprendizagem é algo contínuo e gradativo. No entanto, realizamos momentos de estudos na escola, nos fundamentando em teóricos que discutissem a temática bem como na legislação brasileira, por serem documentos oficiais e que na maioria das vezes desconhecíamos.

Como foi dito no início, não víamos em momento algum a educadora propor alguma atividade que favorecesse a inclusão da criança cega com as demais, mas após as conversas, trocas de ideias e busca de materiais para trabalharmos o assunto, percebemos uma mudança embora, pequena, mas já era visível, algumas modificações no trabalho docente, víamos a criança deficiente “enxergar” com os olhos do coração, detectamos algumas outras crianças da sala interagirem espontaneamente com a criança cega.

Nesse sentido, a Educação inclusiva significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção pela educação inclusiva não significa negação das dificuldades. As diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, e vivenciada que podemos ampliar a visão de mundo e desenvolvermos oportunidades de convivência a todas as crianças.

Na perspectiva da inclusão, a escola não é só para acolher positivamente a diversidade ou compartilhar o espaço de aprendizagem, mas principalmente saber lidar com essa diversidade. Sobre esse aspecto Oliveira (2009, p. 37), enfatiza que “em virtude da diversidade dos alunos, incluindo aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, os educadores são chamados a rever suas práticas educativas para ensinar um coletivo de sujeitos cujas características se apresentam mais heterogêneas que antes”.

Quando Oliveira (2009) destaca sobre a importância de o professor rever suas práticas significa que o docente não pode desenvolver um trabalho voltado para a homogeneidade, e sim, o educador deve pensar em uma proposta de trabalho que tenha a finalidade de ajudar na

interação e socialização entre toda a turma, construindo assim, conhecimentos plurais. Ao atuar com educandos que apresentam deficiência:

O professor deve ter como base da sua formação inicial [...], pelo menos, conhecimentos básicos sobre as necessidades especiais dos seus alunos, sobre como lidar com eles, como organizar o ensino e o currículo de maneira a atender adequadamente a todos. (MARTINS, 2009, p. 80).

Então, percebemos o quanto a formação é necessária para o professor realizar um trabalho eficaz com alunos que tenham algum tipo de deficiência. A formação continuada apresenta-se, nesse contexto, como condição necessária para a inclusão, pois o avanço se torna fácil quando em conjunto, toda a equipe pedagógica adquire a competência suficiente para ensinar os alunos (MARCHESI, 2004).

Outro ponto importante destacado no acompanhamento da prática da professora foi em seus depoimentos afirmar o quanto estava aprendendo, a mesma afirmava que apesar de reconhecer que o seu trabalho ainda não era o essencial, mas reconhecia que estava vendo avanços em sua prática.

Contudo, vemos claramente que muitas mudanças ocorreram na prática desta professora, desde a arrumação da sala, que buscou reorganizar a sala para acolher de forma mais atraente a criança ao desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, constatamos que a criança com deficiência visual estava ganhando espaço em dar opiniões, em desenvolver sua oralidade, mas ainda víamos nitidamente, que quando partia para a parte da escrita esta criança ainda estava sendo excluída, não a viam como sujeito capaz de pegar em um lápis e uma folha e rabiscá-la, em transformar seu final de semana ou a parte que mais gostou da história em desenhos, rabiscos, que para ela teria algum significado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao trilhar na construção deste trabalho, muitas ideias vieram a mente, mas sentíamos a necessidade de relatar uma experiência que vivenciamos em nosso cotidiano e que precisaríamos fazer algo que pudesse contribuir com a melhoria da prática pedagógica da professora observada.

Discutir Inclusão não é tarefa fácil, bem como relatar, observar e opinar sobre as práticas pedagógicas de um professor, é algo que requer dedicação, vontade, amor ao assunto e acima de tudo ao desejo. Desejo de ver a educação na prática ser um direito de todos, desejo

de ver uma criança que mora em uma comunidade rural, longe de recursos tecnológicos sofisticados ter acesso a uma escola pública digna e de qualidade, escola esta acolhedora e inclusiva, que veja em cada olhar de uma criança a esperança de um futuro melhor.

A educação inclusiva tem sido um caminho importante para abranger a diversidade mediante a construção de uma escola que ofereça uma proposta ao grupo (como um todo) ao mesmo tempo em que atenda às necessidades de cada um, principalmente àqueles que correm risco de exclusão em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

Dessa forma, acreditamos que através deste relato de experiência, aprendemos a enxergar a sala de aula por outros ângulos e como uma instituição heterogênea que acolhe crianças com saberes plurais e media estes saberes para a construção e sistematização de novos conhecimentos. É preciso realmente colaborarmos com o trabalho do professor, de forma que o mesmo possa em sua prática aprender, emocionar-se e desvendar os mistérios e barreiras que alguns criam com a inclusão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMELO, Ana Iris Fernandes. **Educação inclusiva: uma visão sobre as necessidades docentes**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. (Org.). *Escola inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios*. João Pessoa: Idéia, 2008.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FREITAS, S. N. (Org.). **Diferentes contextos de educação especial/inclusão social**. PROESP – Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Especial. Santa Maria: Pallotti, 2006.
- GOLDENBERG, M. *Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- \_\_\_\_\_, Maria Teresa Egler. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. *Política pública e formação docente para atuação com a diversidade*. In: MARTINS, L.A.R.; PIRES, J.; PIRES, G.N.da L.(Orgs.). *Políticas e práticas educacionais inclusivas*. Natal/RN: EDUFRRN, 2009
- MITTLER, P. Trad. Windy Brazão Ferreira. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, Luzia de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio teceador**. Porto Alegre: mediação, 2009. 152p
- OMOTE, Sadao (org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: FUNDEPE, 2004
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999
- STAINBACK, Susan. et al. **A inclusão e o desenvolvimento de uma Auto-identidade Positiva em Pessoas com Deficiências**. In: STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca*. **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha, 1994